DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.RC-1533/2014**
PROCESSO TC/MS	:	TC/1648/2013
PROTOCOLO	:	1390751
ÓRGÃO	:	FUNDO ESPECIAL P/ INSTALAÇÃO, DESENV. E APERFEIÇOAMENTO DOS JUIZADOS ESP. CÍVEIS E CRIMINAIS
ORDENADOR (A) DE DESPESAS	:	HILDEBRANDO COELHO NETO
CARGO DO ORDENADOR (A)	:	PRESIDENTE DO TJ/MS À ÉPOCA
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 01.094/2012
CONTRATADO (A)	:	ALEXSANDRA MARTINS OLIVEIRA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO N.º 63/2012
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	AQUISIÇÃO DE UMA COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA; UMA PORTA DE GIRO; VIDRO TEMPERADO FUMÊ 6 MM; ESCADA MARINHEIRO; E 135 BARRAS DE FERRO PARA INSTALAÇÃO NO FÓRUM DA COMARCA DE DOURADOS
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 39.500,00
RELATOR	:	CONS. RONALDO CHADID

Trata-se de processo de contas (autos digitais) em que se julga contratação pública – Contrato de Fornecimento de Material de Consumo n.º 01.094/2012 – realizada pelo *Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais*, através de procedimento licitatório deflagrado na modalidade *Pregão n.º 63/2012*, para aquisição de uma cobertura em estrutura metálica; uma porta de giro; vidro temperado fumê 6 mm; escada marinheiro; e 135 barras de ferro para instalação no Fórum da Comarca de Dourados.

Os objetos licitados foram adjudicados à empresa vencedora do certame, *Alexsandra Martins Oliveira*, pessoa jurídica de direito privado, qualificada em termo de contrato à peça n.º 12; com quem foi celebrada a avença, ao custo global de R$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais).

Através do relatório de sua análise conclusiva, a unidade de auxílio técnico manifestou entendimento favorável à aprovação do procedimento licitatório, da formalização, e da execução contratual, por considerá-los em conformidade com as normas de licitações e contratações públicas vigentes, bem às de direito financeiro aplicáveis (peça n.º 27).

No mesmo sentido, o douto representante do Ministério Público de Contas, através do *r.* parecer acostado à peça n.º 30, opinou pelo julgamento de regularidade da contratação examinada.

É o relatório.

Preliminarmente à análise de mérito dos aspectos relativos à (i)regularidade da contratação, é necessário delimitar a incidência das normas da Resolução Normativa n.º 76, de 11 de dezembro de 2013, à contratação examinada no processo em tela.

Publicado em 20 de dezembro de 2013, o novo Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, código de normas de caráter processual, entrou em vigor em 06 de março de 2014, data em que passou a produzir seus efeitos, inclusive sobre processos iniciados em períodos anteriores à sua vigência. Isso porque o direito brasileiro adota o sistema do isolamento dos atos processuais como forma de delimitar a imediata aplicação da lei nova aos feitos já em andamento. Desta forma, as novas disposições regimentais aplicam-se imediatamente aos processos em curso, a exemplo do o que ora se examina, sob a única condição de respeitar os elementos jurídicos, que tenham valor próprio e independente, praticados sob a égide da Resolução Normativa n.º 57, de 7 de junho de 2006. Isso se deve ao fato de que seu conteúdo é de direito público, processual e, regra geral, imperativo; mas submetido às garantias inscritas no artigo 5.º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que impede que a lei nova prejudique o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Dessa forma, considerando o valor global da contratação – R$ 39.500,00 – e o valor da UFERMS[1] na data de assinatura de seu termo – R$ 17,05 em julho de 2012 –; passo a decidir monocraticamente, amparado pela competência atribuída ao juízo singular, através do artigo 10, inciso II, §§ 3.º e 4.º, da novel Resolução Normativa n.º 76/2013[2].

Passo às razões do voto.

Com o respaldo das informações prestadas pela competente unidade de auxílio técnico, pude observar que o processo licitatório – *Pregão Presencial n.º 63/2012*– realizou-se em conformidade com as disposições estabelecidas pelas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, que estatui normas gerais para licitações e contratos administrativos, e institui e disciplina a modalidade pregão; respectivamente.

O Órgão licitante procedeu à correta e tempestiva remessa de todos os documentos indispensáveis à realização da fiscalização a cargo desta Corte de Contas, com previsão constante na Instrução Normativa n.º 35/2011, quais sejam, a indicação da existência de dotação orçamentária para a contratação; cópia do edital e seus respectivos anexos; o parecer jurídico sobre a licitação; o comprovante de publicação do aviso da licitação; a documentação de habilitação dos licitantes, dentre elas a Certidão Negativa de Débito com o INSS e a

[1]Resolução Secretaria de Fazenda n.º 2.395/2012.
[2] Art. 10. Compete ao Conselheiro relator, no âmbito de sua atuação no Juízo Singular:
II - julgar as contas prestadas ou tomadas que envolvam valores correspondentes a até quatro mil UFERMS, observadas as disposições dos §§ 3º e 4º;
§ 3º Para os fins do disposto no inciso II do caput, estão compreendidas como contas prestadas ou tomadas, sem prejuízo de outras, as decorrentes de:
I - acordos, ajustes, auxílios, convênios, subvenções ou de outros instrumentos que constituam repasses de recursos financeiros do Estado para Município, deste para o Estado ou de um Município para outro;
II - adiantamentos ou suprimentos de fundos;
III - recebimentos de auxílios ou de subvenções do Estado ou de Município por entidades de direito privado;
IV - procedimentos de:
a) licitações, inclusive no referente à formalização ou à adesão às atas de registro de preços;
b) dispensas ou inexigibilidades de licitações;
V - contratos administrativos.
§ 4º O referencial de UFERMS estabelecido no inciso II do caput é considerado:
I - na data da assinatura do respectivo instrumento de formalização, relativamente ao disposto no § 3º, I;
II - pelo valor, conforme o caso, da ata de registro de preços, do lance vencedor da licitação, do ato de dispensa ou de inexigibilidade de licitação ou do contrato celebrado, relativamente ao disposto no § 3º, IV, a e b, e V;
III - consoante as disposições do ato normativo pertinente, para os demais casos.

Certificação de Regularidade com o FGTS; cópias das propostas; bem como as atas de abertura e julgamento do pregão; os atos de adjudicação, homologação e a minuta do instrumento contratual.

Do mesmo modo, a publicação de seu aviso fora feita, tempestivamente, em veículo de imprensa oficial – *Diário Oficial de Justiça* – na edição do dia 19 de setembro de 2012.

Quanto à formalização do instrumento de contrato, observo que fora regularmente celebrado com a empresa *Alexsandra Martins Oliveira*, estando presentes as cláusulas necessárias, previstas no Art. 55 da Lei n.º 8.666/93[3], visto que estabelece com clareza os direitos e obrigações das partes, assim como as condições para sua execução.

Concluo, portanto, consoante às disposições insertas no Estatuto de Licitações e Contratos, bem como os preceitos de direito público que, sabidamente, regulam as contratações celebradas pela administração pública, que todas foram plenamente atendidas, o que torna forçoso a proclamação de julgamento favorável ao procedimento licitatório deflagrado e à formalização contratual.

---

[3] Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
I - o objeto e seus elementos característicos;
II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
VIII - os casos de rescisão;
IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Em relação aos atos praticados pelo Ordenador de Despesas no decorrer da execução financeira do contrato, após o exame de seus documentos comprobatórios e respaldado pelas informações técnicas prestadas pelo núcleo especializado, verifico ter restado demonstrada da seguinte forma:

RESUMO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO CONTRATO	
VALOR TOTAL DO CONTRATO	R$ 39.500,00
VALOR TOTAL EMPENHADO	R$ 39.500,00
DESPESA LIQUIDADA	R$ 39.500,00
PAGAMENTO EFETUADO	R$ 39.500,00
SALDO CONTRATUAL FINANCEIRO	R$ 0,00

Desse modo, observa-se que a despesa foi corretamente processada, tendo sido o valor contratado empenhado, liquidado e pago, em fiel observância às disposições da Lei Federal n.º 4.320/64[4].

São as razões que fundamentam o *decisum*.

Com respaldo das informações prestadas pela unidade de auxílio técnico, em comunhão com o *r.* parecer do Ministério Público de Contas, e sob o fundamento legal contido no artigo 10, inciso II, §§ 3.º e 4.º, da Resolução Normativa n.º 76/2013; **D E C I D O:**

– Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório – *Pregão Presencial n.º 63/2012* –; e da formalização do Contrato de Fornecimento de Material de Consumo n.º 01.094/2012, celebrado entre o *Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais* e a empresa *Alexsandra Martins Oliveira*, pelo atendimento das disposições contidas nos arts. 54, a 64, da Lei n.º 8.666/93; bem como de sua execução financeira, realizada de acordo com as disposições dos arts. 60 a 64, da Lei n.º 4.320/64;

É a decisão.

[4] **Lei n.º 4320, de 17 de março de 1964**: Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Publique-se nos termos do art. 65, da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 15 de abril de 2014.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

MRCC